

Líderes propõem ao PFL fim da Aliança

Os líderes do PFL nas assembleias legislativas de 13 estados encaminharam ontem ao presidente em exercício do partido, deputado Maurício Campos (MG), reivindicação para que seja realizada uma convenção nacional a fim de se definir a proposta de rompimento da Aliança Democrática, que, segundo o líder na assembleia de Minas, Milton Salles, é majoritária nas bases pefelistas. Maurício Campos disse que encaminhará a proposta ao ex-ministro Marco Maciel, que será eleito presidente no próximo dia 13, mas adiantou que, em princípio, sugerirá que a convenção seja realizada no mês de julho.

Os 13 líderes estaduais reuniram-se ontem à tarde no Hotel Eron e o resultado foi que oito líderes votaram pelo rompimento com o governo e cinco ficaram contra. Estão a favor do

rompimento as bases do PFL em Mato Grosso, Ceará, Espírito Santo, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Acre. Votaram a favor da manutenção da Aliança Democrática as bancadas do Rio, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Pernambuco.

Milton Salles frisou que esse resultado ainda não reflete a realidade, porque não estiveram presentes ao encontro de ontem vários líderes de bancada que votaram pelo rompimento em reunião promovida por ele há cerca de um mês em Belo Horizonte. Nesse encontro, teriam votado a favor do rompimento também os estados do Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte, e contra o rompimento o estado do Amazonas. São Paulo e Rio Grande do Sul — segundo informou — não se definiram ainda.

Josemar Gonçalves

A tônica durante o encontro de ontem foram os ataques ao PMDB. Segundo Salles, é preciso romper a Aliança "porque não podemos continuar acoplados a essa política econômica do PMDB que levou o país ao caos". Segundo ele, os peemedebistas estão o tempo todo "em cima do muro", pois mudam de postura conforme a situação econômica, e agora precisam "assumir tudo o que fizeram", daí a necessidade de o PFL se "desgarrar" da Aliança.

O líder do PFL em Rondônia, Edson Fidelis, explicou que ainda não dá para ter um balanço da situação do partido em todo o país, em relação ao rompimento, porque há lideranças que enfrentam ainda "problemas internos" decorrentes de situações específicas, como por exemplo alianças estaduais com o PMDB.



Chiarelli minimizou a proposta dos líderes mineiros

Chiarelli pede convenção

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, sugeriu ontem a convocação de convenção nacional do partido, a fim de decidir-se se mantém ou não na Aliança Democrática, apoiando o governo José Sarney, e definir posturas diante da Assembleia Nacional Constituinte.

Ele não emprestou maior importância à reunião de líderes do PFL nas assembleias legislativas de Minas, em que se ouviram pronunciamentos como o do deputado Milton Sales (PFL-MG), favorável ao imediato rompimento com Sarney:

"Nem sempre o líder na Assembleia é o líder do partido. O líder do PFL em Minas é

Aureliano Chaves, é Paulinho Cícero. Não é o líder do partido na Assembleia".

Carlos Chiarelli reunirá hoje, à tarde a bancada do Senado, a fim de saber se os senadores pefelistas ainda se mantêm favoráveis ao mandato de seis anos para o presidente José Sarney: "Por enquanto, a posição é aquela. Ela pode mudar. Vou transmitir a bancada a solicitação do presidente por uma definição".

A noite, os senadores do PFL se reunirão com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para abordar as relações do partido com o governo José Sarney.

Tancredo é homenageado em Minas

Belo Horizonte — O ex-presidente Tancredo Neves "foi um batalhador que fez renascer, na consciência de todos os brasileiros, a esperança da reconquista da liberdade perdida, a fé nos destinos do Brasil e na sorte de nosso povo", declarou o deputado Ademir Lucas, do PMDB, ao discursar na Assembleia Legislativa, em nome da casa, na solenidade em homenagem à memória do ex-presidente, com a participação de Dona Risoleta Neves, do deputado constituinte Aécio Neves Cunha, seu neto, e familiares, além de personalidades da área política, eclesiástica e judiciária.

Ademir Lucas fez, em seu pronunciamento, um retrospecto da carreira política de Tancredo Neves, desde sua primeira eleição para a Assembleia Legislativa mineira, passando pela Câmara dos Deputados, Ministério da Justiça, primeiro-ministro e é citando também as restrições na época do regime militar. "Apesar de tudo, sabia aquele grande estadista que o Brasil não é a pátria do radicalismo, nem do ódio e da intransigência".

O parlamentar salientou que Tancredo Neves, mais que ninguém, sempre soube que o povo brasileiro "está predestinado a viver livre, cheio de fé em sua pátria". Destacou também que "patriotismo e coragem nunca faltaram ao ex-presidente da República".

"Tancredo foi o arauto da paz nacional e permanecerá para sempre na memória de todos os brasileiros".

Costa Couto vê reforma já encerrada

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, informou ontem depois de uma visita de cortesia ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e ao presidente do Senado, Humberto Lucena, que a reforma ministerial já foi encerrada pelo Presidente da República. "O que pode acontecer a qualquer momento — explicou — é a substituição de ministros, que são demissíveis *ad nutum*".

O ministro chegou ao Congresso por volta das 15 horas, visitando primeiro o presidente do Senado, Humberto Lucena. Em diversas entrevistas que concedeu nos corredores da Câmara e do Senado, ele explicou que pretende voltar na próxima semana para conversar com os líderes da aliança democrática.

Ronaldo Costa Couto explicou que, embora o Gabinete Civil da Presidência da República não tenha o monopólio da coordenação política do governo, "essa é uma das suas funções primordiais, e pretendo exercê-la na sua plenitude, assim como as funções burocráticas e administrativas". Ele anunciou, ainda, que pretende visitar constantemente os estados, para manter um estreito relacionamento com os governadores e os problemas regionais.

Sobre a reforma ministerial, o ministro-chefe do Gabinete Civil explicou que a reforma global já foi concluída e que as possíveis substituições de ministros serão atos de rotina.

Journal de Brasília: Lourenço vai mudar teor da pesquisa

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), voltou atrás em sua decisão de realizar uma pesquisa para saber se a bancada quer quatro, cinco ou seis anos de mandato para o presidente da República. Segundo ele, a pesquisa agora será feita apenas para concluir se a maioria é ou não favorável à proposta de estabelecer o mesmo mandato para o presidente Sarney e seus sucessores.

Lourenço explicou que mudou de idéia após conversar com o presidente em exercício do PFL, deputado Maurício Campos, que lhe explicou que a decisão, a partir da reunião entre Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e o presidente Sarney, não era saber quantos anos de mandato os pefelistas defendem para o presidente. Com isso, fica também sem efeito a proposta do deputado Alenci Guerra (PR), 1º vice-líder do PFL, que sugeriu pesquisa para saber se os pefelistas querem eleições diretas presidenciais já no ano que vem. Lourenço deixou claro que não realizará essa consulta.

A idéia de pesquisar qual a duração do mandato ideal havia surgido, de qualquer modo, em função de uma conversa entre o próprio Lourenço e o ministro Aureliano Chaves. O líder deixa transparecer que a redução da abrangência da pesquisa teria o objetivo de evitar uma posição majoritária a favor das diretas já no ano que vem, ao enfatizar que, se os pefelistas concluírem que o mandato de Sarney deve ser igual ao de seus sucessores, ficará evidente que nenhum deles defenderá mandato inferior a quatro anos para Sarney, pois seria inconcebível imaginar um mandato também inferior a esse período para seus sucessores.

Lourenço deixou evidente também que está disposto a mudar sua estratégia de ação; ele antes assegurava que só tomaria uma posição sobre qualquer assunto após ouvir a bancada. Ontem, se confessou disposto a trabalhar no sentido de convencer a bancada de que um mandato de quatro anos "é inconcebível" para um país que não pode conviver com eleições presidenciais em intervalos "tão curtos". Segundo ele, o ideal é mesmo mandato de cinco anos. "Quatro é muito curto, e seis é longo demais", concluiu, sem ouvir a bancada.



Lourenço consulta bancada